

Perspectiva social do *e-learning* no sistema universitário do Brasil*

Ramiro Wahrhaftig

Resumo

No Brasil, um país com 170 milhões de habitantes, confluem uma série de fatores que impedem a expansão do ensino superior tradicional, incluindo a própria dimensão do país, a quantidade de pessoas a serem educadas, a infraestrutura física disponível, a capacidade de incremento no número de educadores necessários e, conseqüentemente, os enormes investimentos requeridos para atender a essa demanda. Esta situação, agravada pelos contrastes sócio-econômicos e pelo aumento não controlado do número de instituições de ensino superior privadas nos últimos anos, requer medidas urgentes com vista à democratização do ensino superior no Brasil, sob pena de comprometer o desenvolvimento sustentável do país. O ensino à distância recorrendo às tecnologias da informação, ou *e-learning*, apresenta-se como uma oportunidade com um potencial excelente para fazer face a essa problemática e integrar a população brasileira na sociedade do conhecimento.

Palavras-chave

e-learning, educação à distância, democratização, ensino superior, tecnologias da informação, sociedade do conhecimento

Como se trata de uma jornada internacional, eu vou pedir permissão para falar em português. Vou falar devagar para que possam me entender melhor. Não tenho a vivência nem a experiência do Marco Antônio Dias, que já há muitos anos convive com essas incursões internacionais, especialmente em países de língua espanhola, e que fala um espanhol mais aprimorado do que o meu –o problema das línguas muito semelhantes é que é difícil aprendê-las!– mas eu gostaria, antes de começar a minha apresentação, de falar um pouco da minha experiência pessoal dos últimos anos, para poder realmente contextualizar as minhas reflexões.

A minha carreira começou em 1980 na Pontifícia Universidade Católica do Paraná e, mais tarde, de 1995

a 1998, tive a oportunidade de ser Secretário de Estado da Educação do Estado do Paraná, que é um estado do sul do Brasil.

Em 1997-1998, tive também a oportunidade de ser presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Educação. O Brasil é uma república federativa com vinte e sete estados, e cada estado tem o seu próprio sistema educativo, existindo um Conselho que discute questões relacionadas ao desenvolvimento da educação básica de uma forma geral, e a integração das políticas educacionais dos Estados com a União e os Municípios. Através da presidência desse conselho, tive a oportunidade de tomar contato com a realidade mais profunda da educação brasileira.

* Palestra conferida no âmbito do Workshop Internacional da Cátedra UNESCO de *e-learning* 'Perspectiva social do *e-learning* no ensino superior: universidade e desenvolvimento na era da informação', realizado em Barcelona no dia 29 de Março de 2004.

De 1999 a 2002, também no estado do Paraná, tive a oportunidade de ser Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Poucos estados brasileiros têm sistemas estaduais de ensino superior. No Brasil, existe um sistema federal de ensino superior e alguns estados –como é o caso de São Paulo e do Paraná– têm os seus próprios sistemas de ensino superior, além do sistema federal. Aí, tive também um contato muito grande com a realidade do ensino superior no Brasil. Voltando à PUCPR no início do ano passado a minha preocupação dentro da Universidade concentrou-se em iniciativas na área do *e-learning*, dentro de uma perspectiva da democratização do acesso ao ensino superior.

No Brasil convivem várias realidades ao mesmo tempo. É um país com 170 milhões de habitantes e que só recentemente –durante a década de 1990– universalizou a educação fundamental. No princípio dessa década, apenas 87% das crianças de 7 a 14 anos freqüentavam a escola. No início deste século, em 2001, cerca de 99% dessas crianças já freqüentavam a escola.

Simultaneamente, durante a década de 1990, houve também uma grande expansão do ensino secundário e do ensino superior. Convivemos com a universalização do ensino fundamental que não foi fácil e com a expansão do ensino secundário e superior ao mesmo tempo. O ensino secundário ainda não está universalizado, isto é, nem todo o jovem em idade de acesso ao ensino secundário tem a oportunidade de freqüentar uma escola pública. Ainda existem estados, como os do Nordeste e do Norte, onde não existem vagas para todos os alunos (jovens ou adultos) que desejam matricular-se no ensino secundário, e existe também a questão do acesso ao ensino superior. Estamos convivendo com todas essas realidades. Daí que a questão do *e-learning*, principalmente no ensino superior, abre uma perspectiva social enorme. Realmente, temos que ver como esta ferramenta poderá ser utilizada para concretizar os sonhos e as necessidades de desenvolvimento de um país como o Brasil.

OS GRANDES DESAFIOS DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Tentando apenas contextualizar a situação da Universidade e o paradigma da sociedade do conhecimento, e quais são os seus grandes desafios, a questão no caso brasileiro passa por aspectos culturais, de acessibilidade, de qualidade e também de custo.

A principal questão em nível cultural é como poderemos disseminar e mobilizar as instituições e comunidades para os preceitos da Sociedade do Conhecimento. É um trabalho de mobilização e sensibilização social que tem que ser realizado.

Quanto à acessibilidade, a questão é como garantir o acesso e educar o maior número possível de adultos, não importando a sua localização, horário, diferenças culturais e dificuldades físicas. Um dado interessante que posso fornecer é que hoje em dia, de todos os brasileiros entre 18 e 24 anos de idade, só 9% freqüentam uma universidade ou uma instituição de ensino superior. Dos adultos com mais de 25 anos, só 7% tiveram a oportunidade de freqüentar uma instituição de ensino superior. Então, o total de brasileiros com mais de 18 anos que freqüentou ou freqüenta uma instituição de ensino superior é de 16%. Mesmo comparando com outros países latino-americanos, é um índice muito baixo. É claro que o Brasil é um país com 170 milhões de habitantes e, como todo o mundo sabe, é um país que tem enormes diferenças sócio-econômicas e culturais. Existe uma elite brasileira que é realmente bem instruída, mas isso faz uma enorme diferença quanto ao desenvolvimento do país.

Em relação à qualidade, a grande questão é como poderemos melhorar as perspectivas de cada adulto como indivíduos e membros das comunidades econômica, cultural e política.

Em relação ao custo deve-se destacar que referimo-nos não somente ao custo para o Estado, mas também ao custo para a pessoa, para o jovem.

Estes são os grandes desafios da Universidade brasileira perante o advento da Sociedade do Conhecimento.

Contextualizando também a questão da Universidade como parte da Sociedade do Conhecimento, há que considerar que esta se insere numa sociedade globalizada, com uma cidadania internacional, com uma disponibilidade cada vez maior das novas tecnologias, e com mudanças muito freqüentes do mercado de trabalho. Considerando estas condicionantes, a Universidade deverá orientar-se cada vez mais para a formação educacional, com um foco na aprendizagem, na formação profissional e na educação continuada, e atuar como um instrumento promotor da democratização do acesso ao conhecimento e sobretudo do ensino superior de alta qualidade a custos acessíveis. A questão do custo é básica, principalmente no ensino superior. Houve nos últimos anos no Brasil uma grande expansão do ensino privado e o ensino público esteve praticamente sem se expandir, devido à impossibilidade do Estado de financiá-lo. Mesmo hoje, os brasileiros que querem aceder ao ensino superior privado têm enormes dificuldades devido aos elevados custos. Estes custos não são acessíveis para as classes de brasileiros que estão querendo freqüentar o ensino superior.

Outra condicionante da Universidade na Sociedade do Conhecimento está relacionada com a alta capacidade de resposta às demandas externas que é necessária: a Universidade tem que desenvolver grande agilidade e flexibilidade organizacionais.

É também fundamental que a Universidade esteja aberta a parcerias de forma a complementar as suas competências essenciais, aberta aos novos ambientes de aprendizagem, recorrendo ao uso de mídias inovadoras e também aos assuntos relacionados com a autonomia dos alunos.

Outro assunto que tem uma grande relevância no Brasil e, com certeza, em Espanha também, é a responsabilidade social da Universidade e das instituições em

geral e, as questões relacionadas com os chamados temas transversais, dos quais o principal é o desenvolvimento sustentável.

A REALIDADE DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Agora darei algumas informações sobre a realidade do ensino superior no Brasil, para que possamos ter realmente uma visão da potencialidade e das perspectivas sociais do *e-learning* na realidade Brasileira.

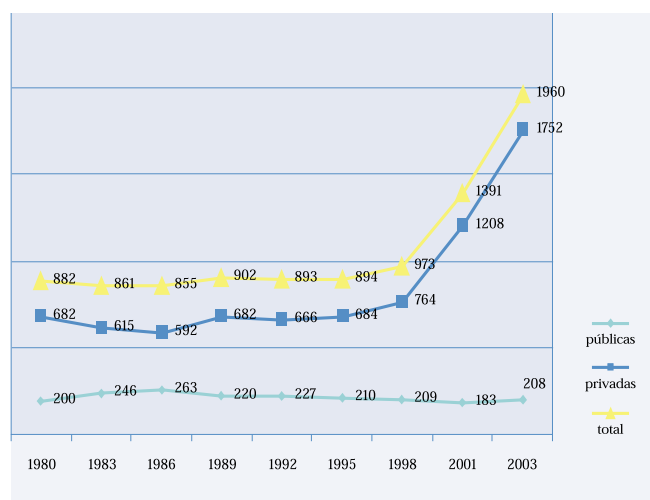


Gráfico 1. Evolução do Número de Instituições de Ensino Superior no Brasil de 1980 a 2003. Fonte: MEC/INEP [Ministério da Educação / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]

O gráfico 1 mostra a evolução do número de instituições de ensino superior no Brasil de 1980 a 2003. O número total inclui as universidades e outras instituições de ensino superior. Em 1980 havia cerca de 200 instituições públicas e perto de 700 privadas, ou seja um total de aproximadamente 900 instituições. Em 2003, este total era de 1960. Houve realmente uma explosão não controlada do ensino privado, especialmente a partir de 1998, o que afetou bastante a qualidade do ensino superior. Isto não significa que as instituições privadas em geral não tenham qualidade, nem que todas as públicas a tenham.

Quanto à evolução do número total de matrículas (ou de vagas) de 1980 a 2001, houve um crescimento de aproximadamente um milhão e trezentas mil vagas em 1980 para cerca de três milhões em 2001. No entanto, gostaria de confrontar esse número de matrículas de 2001 com o número de alunos que concluíram o ensino secundário no mesmo ano, que foi de seis milhões e duzentos mil. Em 1996, nós tivemos um milhão e setecentos mil jovens concluindo o ensino médio e este número teve uma expansão excepcional. Enquanto isso, o número de matrículas no ensino superior passou, no mesmo período, de um milhão novecentas mil para três milhões, devido à problemática que referi anteriormente da explosão descontrolada do número de instituições privadas. Enquanto o fator de crescimento no ensino secundário foi de 3,6, esse fator foi de apenas 1,6 no ensino superior. Isto significa que há uma demanda reprimida cada vez maior em relação ao acesso ao ensino superior.

Uma outra questão importante quanto à dimensão social do *e-learning* no Brasil é a da formação dos professores. No gráfico 2, é interessante ver a evolução, entre 1999 e 2002, do número de professores em escolas de educação básica no Brasil, incluindo as escolas públicas e privadas, e a diferença entre o número total de docentes e o número de docentes com formação superior. Não havia uma exigência na legislação brasileira quanto à formação superior dos docentes do ensino básico até 1997. Então a lei mudou e agora existe essa preocupação e essa exigência quanto à formação dos professores. Daí que existe também uma necessidade crescente dessa formação, que vem de encontro às potencialidades e à dimensão social do *e-learning*. No estado de São Paulo e também no Paraná, fizemos algumas iniciativas interessantes nessa área.

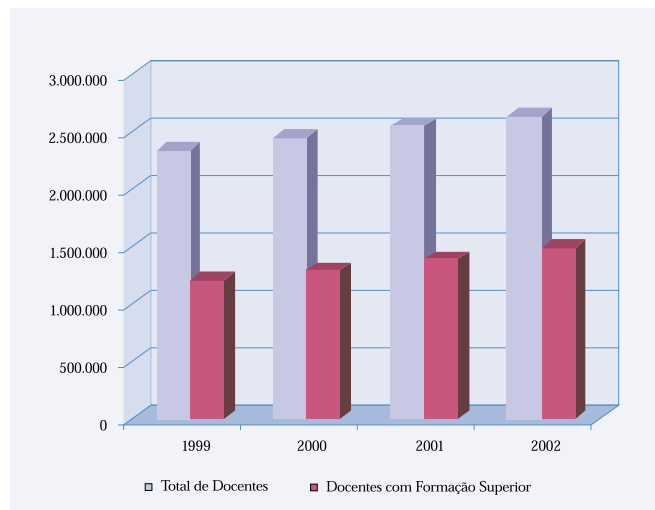


Gráfico 2. Professores de Ensino Básico com Ensino Superior, 1999-2002. Fonte: MEC/INEP

Uma observação que gostaria de fazer é que 87% dos alunos matriculados no ensino superior estão freqüentando instituições privadas. No entanto, no que se refere à educação básica, 90% das crianças estão matriculadas em escolas públicas. Há um grande paradoxo, que consiste em que os jovens que freqüentam escolas públicas de educação básica terminam estudando em instituições privadas de ensino superior, enquanto que os 10% de jovens que estudam em escolas básicas privadas são os que depois têm mais possibilidades de aceder às instituições públicas de ensino superior. As universidades públicas no Brasil continuam a ser gratuitas.

A tabela 1 apresenta uma comparação do Brasil com alguns outros países baseada em dados estatísticos da UNESCO, quanto à percentagem de jovens de mais de 18 anos com ensino terciário. Compara o Brasil com alguns países latino-americanos, da América do Norte, europeus e asiáticos. A cifra de 16% indicada para o Brasil corresponde à soma dos 9% que estão freqüentando a Universidade e aos 7% que são adultos com mais de 25 anos. Os dados incluem todos os tipos de ensino terciário e não apenas o ensino universitário. No âmbito da América Latina, a situação do Brasil e do

México, que são os países mais populosos, é a mais difícil. Em Espanha, 60% da população com mais de 18 anos tem algum tipo de ensino terciário, o que é um indicador muito bom.

PAÍSES	% DA POPULAÇÃO ACIMA DE 18	POSIÇÃO
Brasil	16,51	5º
México	20,71	4º
Argentina	47,96 (2000)	1º
Chile	37,52	2º
Bolívia	35,66	3º
USA	72,62	1º
Canadá	59,99 (2000)	2º

França	53,58	3º
Espanha	59,36	2º
Inglaterra	59,53	1º
Alemanha	46,30 (1999)	5º
Itália	49,88	4º
Japão	47,70	2º
Coreia	77,62	1º ***

Tabela 1. Percentagem da população acima de 18 anos com ensino terciário, 2001. Fonte: Institute for statistics, UNESCO

Ainda no que respeita à dimensão social do *e-learning*, pelas informações anteriores, é evidente que temos grandes dificuldades no atendimento da demanda, considerando os meios tradicionais de ensino. Há uma série de fatores que impedem a expansão do ensino tradicional, incluindo a própria dimensão do país, a quantidade de pessoas a serem educadas, a infra-

estrutura física disponível, a capacidade de incremento no número de educadores necessários e, consequentemente, os enormes investimentos requeridos para atender a essa demanda.

A equipe ministerial anterior do Governo brasileiro tinha um posicionamento oficial quanto à educação à distância. Não sei qual será o posicionamento da atual equipe. Havia uma grande abertura e uma grande ênfase quanto a este tipo de educação. A intenção era criar duzentos e cinquenta mil vagas nas universidades públicas brasileiras até ao fim 2006, através do ensino à distância. Depois mudou o ministro e, com a mudança de política, é necessário repensar esta questão. Existe um projeto de decreto neste sentido. No Brasil, como em outros países de cultura ibérica, é muito importante que exista uma base legal para que possa haver desenvolvimentos nesta área e para que possamos realmente vislumbrar grandes avanços no âmbito do ensino à distância. Hoje em dia, e apesar de as universidades públicas terem autonomia para realizar os seus cursos de ensino presencial, é ainda necessário que elas solicitem autorização ao Ministério da Educação para a realização de cursos de ensino à distância. Debatem-nos muito ainda com questões burocráticas.

CONCLUSÕES

Como conclusão, temos um panorama atual com alguns milhares de alunos matriculados em cursos de graduação por ensino a distância, mas a demanda está longe de ser atendida.

As iniciativas no âmbito da educação à distância no Brasil são ainda incipientes. Temos alguns cursos à distância ou semi-presenciais para a formação de docentes de redes públicas em nível superior, como por exemplo, a UEPG [Universidade Estadual de Ponta Grossa] em parceria com a UEB [Universidade Eletrônica do Brasil]. No Brasil, em 2001 havia aproximadamente 6800 vagas para cursos de graduação

à distância (segundo a sinopse do INEP, de 2001). A UEB/UEPG atendeu cerca de 1800 vagas desse total.

Isto tem como conseqüência que várias instituições estrangeiras estejam oferecendo cursos de educação à distância no Brasil. O Brasil é um grande mercado para a borderless education, e muito apelativo para as instituições estrangeiras, particularmente as americanas. No entanto, esta entrada de universidades estrangeiras no Brasil está condicionada pelo custo dos seus cursos. Hoje em dia, os jovens das classes sociais A e B, de maior poder aquisitivo, têm acesso a qualquer universidade pública ou privada. Quem está querendo acessar a Universidade agora são os jovens das classes C e D. Existe um estudo recente, de Dezembro de 2003, que indica que estes jovens não podem pagar mais de 100 dólares por mês para estudar numa instituição de ensino superior. Eles só têm condições de arcar com uma responsabilidade de até 100 dólares por mês. Isso impede, de certa forma, a penetração dessas instituições estrangeiras (as mega-universidades à distância) no mercado brasileiro, porque os preços que elas praticam noutros países são muito maiores aos que elas podem praticar no mercado brasileiro. Esse é realmente o grande fator impeditivo, e não a falta de condições para adaptar os seus programas ao nosso país.

Isto produz uma situação de grande desafio e requer a criação de uma base legal para o ensino à distância e ações urgentes por parte das instituições nacionais, que

promovam a democratização do acesso ao ensino superior de qualidade a custos acessíveis, assim como a inovação e o uso das novas tecnologias educacionais e mídias interativas no ensino superior, como as da Informação e Comunicação.

Isto era basicamente o que eu tinha para dizer. Agradeço a atenção e peço desculpas por ter falado em português, mas acho que todos entenderam! Muito obrigado.

ENLACES RELACIONADOS

Pontifícia Universidade Católica do Paraná
<http://www.pucpr.br>

Ministério da Educação do Governo do Brasil
<http://www.mec.gov.br/>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Anísio Teixeira
<http://www.inep.gov.br/>

Universidade Estadual de Ponta Grossa
<http://www.uepg.br/>
Universidade Eletrônica do Brasil
<http://www.uep.org.br/>

Institute for statistics, UNESCO
<http://www.uis.unesco.org/>

Se quiser citar este documento, pode usar a seguinte referência:

WAHRHAFTIG, Ramiro (2004). "Perspectiva social do *e-learning* no sistema universitário do Brasil". *Revista de Universidad y Sociedad del Conocimiento (RUSC)* [palestra *on line*]. UOC. Vol. 1, n. 1 [Data de consulta: dd/mm/aa] <<http://www.uoc.edu/rusc/dt/pt/wahrhaftig0704.pdf>>



Ramiro Wahrhaftig

Assessor da Reitoria (Pontifícia Universidade Católica do Paraná)

ramiro@rla01.pucpr.br

Ramiro Wahrhaftig nasceu em Curitiba, Brasil, em 1954. Licenciou-se em Engenharia pela Universidade Federal do Paraná e realizou depois uma pós-graduação em Engenharia, opção Estrutura de Reatores Nucleares, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mais tarde, obteve o título de Mestre em Planejamento Energético pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e iniciou os seus estudos de doutoramento em Tecnologia e Inovação na Université de Technologie de Compiègne, França, que interrompeu em 1995 para assumir a pasta de Secretário de Estado da Educação do Paraná. Em 1997-1998, foi Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Educação e entre 1997 e 2002, foi também Membro do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação. A partir de 1999 assumiu a pasta de Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, acumulando em 2002 a Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo. Em 2003, assumiu as funções de Assessor da Reitoria da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e retomou os seus estudos de doutoramento.